

**LEI Nº 897, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ibitiúra de Minas/MG para o exercício de 2025 e contém outras providências.

O povo do Município de Ibitiúra de Minas, através de seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento do Município de Ibitiúra de Minas, que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 30.461.081,00 (trinta milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e oitenta e um reais), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A receita será realizada mediante as transferências governamentais, arrecadação de tributos, rendas e outras receitas, na forma da legislação vigente, observando o seguinte desdobramento:

1.0 – RECEITAS CORRENTES -	R\$ 34.251.481,00
2.2 – RECEITAS DE CAPITAL -	R\$ 1.002.000,00
- DEDUÇÕES DO FUNDEB	- R\$ 4.792.400,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	R\$ 30.461.081,00

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com a programação por funções de governo, conforme enunciada:

**DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

FUNÇÃO	SUB - FUNÇÃO	VALOR
01	LEGISLATIVA	1.140.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	4.263.582,83
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.574.000,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	443.000,00
10	SAÚDE	8.996.040,30
12	EDUCAÇÃO	6.642.567,87
13	CULTURA	61.000,00
15	URBANISMO	1.756.400,00
16	HABITAÇÃO	20.000,00
17	SANEAMENTO	152.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	75.000,00
20	AGRICULTURA	353.350,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇO	959.000,00
24	COMUNICAÇÕES	155.000,00
25	ENERGIA	417.140,00
26	TRANSPORTE	2.465.000,00
27	DESPORTO E LAZER	938.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
	TOTAL	30.461.081,00

Art. 4º A aplicação dos recursos discriminados no art. 3º, far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as unidades orçamentárias aprovadas nos anexos integrantes da presente Lei.

Art. 5º Fica o Município (Poder Executivo e Legislativo Municipal) autorizado a realizar todas as aquisições, serviços e obras constantes do presente orçamento, conceder subvenções e auxílios até o limite das dotações orçamentárias e eventuais créditos suplementares e, ou, especiais abertos.

Art. 6º Durante a execução orçamentária, ficam os poderes Executivo e Legislativo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento para reforço de dotações que se tornarem insuficientes, utilizando-se, para tanto, dos recursos considerados disponíveis, em estrita observância ao disposto no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Ibityúra de Minas, 11 de novembro de 2024.

ALEXANDRE DE CÁSSIO BORGES  
Prefeito Municipal